

do distrito comprehendido para Lesle a fazenda do Imari; para Oeste a das Quimatas; para o Sul a das Vassintas; e para o Norte a Serra da Água em rumo direito á de Santa Rita, que ficam desmembradas das freguezias, a que pertenciam.

Art. 2.º O seu Parocho vencerá o que por Lei, e costume vencem os demais Parochos desta Provincia.

Pedro de Araujo Lima, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Setembro de mil oitocentos trinta e dous, undecimo da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

José da Costa CARVALHO.

João BRAUNO MONIZ.

*Pedro de Araujo Lima.*

~~~~~

DECRETO — DE 10 DE SETEMBRO DE 1832.

Desmembra uma parte dos termos e freguezias da cidade do Ceará e da villa de Aquituz e incorporaa ao termo e freguezia da villa de Moejama.

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Tem Sinerionado, e Mantida que se execute a Resolução seguinte da Assemblha Geral, sobre Proposta do Conselho Geral da Provincia do Ceará:

Artigo unico. Ficam desmembradas dos termos e freguezias desta cidade, e da villa de Aquituz, e encorporados ao termo e freguezia da villa de Moejama, todo o districto comprehendido a Lesle, desde a foz occidental do Rio Pacoti em rumo ao alto entre as Lagoas das Pombas, e Guaribas, seguindo as Lagoas do Enzabio, Mosquito, e Patanhem, a barra do riacho Bahú, Agua Verde, até o alto das balanças, que serve de foz oriental do Cocó, villa de Baturité; a Oeste desde a foz oriental do Cocó, em rumo ao alto das balanças na estrada, que segue desta cidade para Moejama, seguindo até cabir abaixo do Jenipapeiro na estrada, que vem de Geracabú para a ci-

da, comprehendendo as Lagoas do Jorge, Tapeti, e Avarazinho, subindo pela estrada até encontrar a estrada que sabe de Pitaguari para Maranguape, dahi em rumo ás nascentes do riacho Pitaguari, á Serra de Maritê, até encontrar com o termo da villa de Baturité, comprehendendo as serras do Bú, Torre, Papara, Bato, Limão, Columinjuba, Piranhas, e Cachoeira; ficando todas as ruínas nomeadas inclusive para Moejama.

Pedro de Araujo Lima, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos trinta e dous, undecimo da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

José da Costa CARVALHO.

João BRAUNO MONIZ.

*Pedro de Araujo Lima.*

~~~~~

LEI — DE 3 DE OUTUBRO DE 1832.

Da nova organização das actuaes Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia.

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assemblha Geral Legislativa Decretou, e Ella Sancionou a Lei seguinte:

TITULO I.

*Das Escolas, ou Faculdades de Medicina.*

Art. 1.º As Academias Medico-cirurgicas do Rio de Janeiro, e da Bahia serão denominadas Escolas, ou Faculdades de Medicina.

Art. 2.º Haverá em cada uma dellas quatorze Professores, que serão todos de profissoo medica, occupando cada um uma das cadeiras do Magisterio.

Art. 3.º Haverá também seis Substitutos, dos quaes pertencerão dous ás sciencias accessorias, dous ás cirurgicas, e dous ás medicas.

Os Substitutos serão também os Preparadores das cadeiras da secção respectiva.

Art. 4.º O Governo fica autorizado a jubilar com o ordenado actual aquellos dos Lentes, e Substitutos agora existentes, que pela sua idade, ou enfermidades não poderem continuar a tomar parte activa nas funções do Magisterio; a destinar os outros ás cadeiras, para que forem mais idoneos; e a prover os lugares restantes de Professores, e Substitutos, em pessoas, que tenham a necessaria capacidade, podendo admitir estrangeiros na falta de nacionaes.

Art. 5.º Os lugares de Substitutos, que vagarem, depois de organizadas as Escolas, serão providos nas pessoas, que mediante concurso, foram por ellas apresentadas ao Governo como mais habéis.

Art. 6.º Para entrar em concurso, cuja forma será determinada nos Regulamentos da Faculdade, é preciso: 1.º Ser cidadão brasileiro; 2.º Apresentar titulo legal de Medico, ou Cirurgião. Passados porém quatro annos depois de organizadas as Escolas, ninguém será a elle admittido, sem apresentar titulo de Doutor em medicina, por ellas conferido, ou approvedo.

Art. 7.º Somente os Substitutos têm o direito de succeder nas cadeiras: para isso quando houver vago, a Faculdade respectiva apresentará ao Governo aquelle d'entre elles, que, mediante concurso, for julgado mais habil.

Art. 8.º Os empregados das Faculdades serão: 1.º Um Director nomeado trienalmente pelo Governo sobre lista triplace, proposta pelas Faculdades, d'entre os seus membros; o qual ficará dispensado de assistir aos exames, e theses; e na sua falta, ou impedimento, fará as suas vezes o Professor mais antigo no Magisterio da Escola; 2.º Um Secretario, que será da proffissão medica, nomeado pela Faculdade, com o ordenado de oitocentos mil réis; 3.º Um Thesoureiro, que será um dos Substitutos, sem vencimentos, nem proprias, eleito annualmente pela Faculdade.

Art. 9.º O Director, Professores, e Substitutos, terão as mesmas honras, e direito de jubilação, que tiverem os dos Cursos Juridicos. Os Lentes Proprietarios terão de ordenado um conto e duzentos mil réis; e os Lentes Substitutos oitocentos mil réis. Nenhum d'elles poderá ser demittido por fallas que haja commettido como Le-

te, ou Substituto, sem que seja ouvida a Faculdade respectiva.

Art. 10. Além dos empregados acima mencionados, haverá um Forreiro com o ordenado de quatrocentos mil réis, e os mais empregados, que se julgarem necessários para o serviço das Escolas, com os ordenados, que ellas arbitrarem. Todos estes empregados serão nomeados pelo Director com approvação da Faculdade.

Art. 11. As Faculdades concederão os titulos seguintes: 1.º de Doutor em Medicina; 2.º de Pharmaceutico; 3.º de Partera. Da publicação desta Lei em diante não se concederá mais o titulo de Sanhedor.

Os diplomas serão passados pelas Faculdades em nome das mesmas, no idioma nacional, e pela forma que ellas determinarem.

Art. 12. Os que obtiverem o titulo de Doutor em Medicina pelas Faculdades do Brazil, poderão exercer em todo o Imperio indistinctamente quaquerdos ramos da arte de curar.

Art. 13. Sem titulo conferido, ou approvedo pelas ditas Faculdades, ninguém poderá curar, ter botica, ou participar, enquanto disposições particulares, que reftiem o exercicio da Medicina, não providenciarem a este respeito.

Não são comprehendidos nesta disposição os Medicos, Cirurgiões, Boticarios, e Partheiras, legalmente autorizados em virtude de Lei anterior.

Art. 14. Compete ás Faculdades: 1.º Formar os seus Regulamentos policiaes, disciplinares, e economicos, dependentes da approvação do Poder Legislativo; 2.º Verificar os titulos dos Medicos, Cirurgiões, Boticarios, e Partheiras, obtidos em Escolas estrangeiras, e os conhecimentos dos mesmos individuos, por meio de exames, a fim de que elles possam exercer legalmente suas profissões em qualquer parte do Imperio, pagando por estas verificações os Medicos, Cirurgiões, e Boticarios a quantia de cem mil réis.

## TITULO II.

### Do Ensino.

Art. 15. Haverá em cada Faculdade quinze cadeiras. As materias do ensino serão distribuidas da seguinte maneira:

1.ª Cadeira Physica medica.

PART. I. 22.



2.ª Cadeira Botânica medica, e principios elementares de Zoologia.

3.ª »

Química medica, e principios elementares de Mineralogia.

4.ª »

Anatomia geral e descriptiva.

5.ª »

Physiologia.

6.ª »

Pathologia externa.

7.ª »

Pathologia interna.

8.ª »

Pharmacia, materia medica especialmente a brasileira, Therapeutica e arte de formular.

9.ª »

Anatomia topographica, medicina operatoria, e apparatus.

10.ª »

Partos, molestias de mulheres pejudicadas, e paridas, e de meninos recém-nascidos.

11.ª »

Higiene, e Historia da medicina.

12.ª »

Medicina legal.

13.ª »

Clinica externa, e Anatomia pathologica respectiva.

14.ª »

Clinica interna, e Anatomia pathologica respectiva.

Art. 16. As aulas serão publicas, e ficarão situadas dentro, ou na vizinhança dos Hospitais Civis. As Faculdades, de accordo com os Administradores desses Hospitales, fixarão por um regulamento especial a administração medica das Enfermarias destinadas ao ensino clinico.

Art. 17. As materias do Curso Medico serão distribuidas em seis annos da maneira seguinte:

#### 1.º ANNO.

Duas cadeiras: 1.ª Physica medica; 2.ª Botanica medica, e principios elementares de Zoologia.

#### 2.º ANNO.

Duas cadeiras: 1.ª Química medica, e principios elementares de Mineralogia; 2.ª Anatomia geral, e descriptiva.

#### 3.º ANNO.

Duas cadeiras: 1.ª Anatomia geral e descriptiva; 2.ª Physiologia.

#### 4.º ANNO.

Tres cadeiras: 1.ª Pathologia externa; 2.ª Pathologia interna; 3.ª Pharmacia, Materia medica especialmente a brasileira, Therapeutica, e arte de formular.

#### 5.º ANNO.

Duas cadeiras: 1.ª Anatomia topographica, Medicina operatoria, e apparatus; 2.ª Partos, enfermidades de mulheres pejudicadas, e paridas, e de meninos recém-nascidos.

#### 6.º ANNO.

Duas cadeiras: 1.ª Higiene, e Historia da Medicina; 2.ª Medicina legal.

A cadeira de Clinica externa, e Anatomia pathologica respectiva, frequentar-se-ha desde o segundo anno até o sexto inclusive; e a de Clinica interna, e Anatomia pathologica respectiva no quinto e sexto anno.

As Faculdades, quando julgarem necessario, poderão propor uma reforma para a distribuição das materias, que a pratica tiver mostrado ser mais vantajosa.

Art. 18. As materias do Curso Pharmaceutico serão distribuidas em tres annos da maneira seguinte:

#### 1.º ANNO.

Duas cadeiras: 1.ª Physica medica; 2.ª Botanica medica, e principios elementares de Zoologia.

#### 2.º ANNO.

Duas cadeiras: 1.ª Botanica medica, e principios elementares de Zoologia; 2.ª Química medica e principios elementares de Mineralogia.

#### 3.º ANNO.

Duas cadeiras: 1.ª Química medica, e principios elementares de Mineralogia; 2.ª Materia medica, especialmente a brasileira, Pharmacia, e arte de formular. Durante os mesmos, ou outros tres annos, deverão os que seguem este curso, praticar na botica de um bo-

liário aprovado: só depois desta pratica, e do curso, obterá o título competente.

Art. 19. Haverá um curso particular para as Par-telias, feito pelo Professor de Partes.

Art. 20. O anno lectivo começa no primeiro dia de Março, e acaba no ultimo de Outubro. Os exames annuaes devem ter lugar depois desta época até o dia vinte de Dezembro. Não haverá feriado, senão nos dias santos, e nos de Festa Nacional. Exceptuam-se desta disposição as Clinicas, nas quaes não haverá feriados.

### TITULO III.

#### DOS ESTUDANTES.

Art. 21. Os estudantes se matriculão antes do prin-cipio de cada anno lectivo.

A taxa das matriculas será em cada um delles de vinte mil reis: os quaes, assim como as sommas, que pagarem os Medicos, Cirurgiões, e Boi-arios pela vertida deo dos titulos obtidos em Escolas estrangeiras, servirão para comprar livros para a Bibliotheca da Escola.

Art. 22. O estudante, que se matricula para obter o titulo de Doutor em Medicina, deve: 1.º Ter pelo menos dezasseis annos completos: 2.º Saber Latin, qualquer das duas Linguas Franceza, ou Inglesa, Philosophia Nacional e Moral, Arithmetica e Geometria. O que se matricula para obter o titulo de Pharmaceutico, deve: 1.º Ter a mesma idade: 2.º Saber qualquer das duas linguas Franceza ou Inglesa, Arithmetica. Geo-metria, ao menos plana. A mulher, que se n'atricula para obter o titulo de Parteira, deve: 1.º Ter a mesma idade: 2.º Saber ler, e escrever correctamente: 3.º Apresentar um atestado de bons costumes passado pelo Juiz de Paz da freguezia respectiva.

Art. 23. Os exames dos preparatorios serão feitos por tres Professores Publicos nomeados pela Faculdade, e acompanhados do Secretario da mesma. As Faculdades, estabelecerão nos estatutos, que ordenarem, a fórma destes exames.

Art. 24. Os estudantes não serão obrigados a fazer exame no fim do anno, que tiverem frequentado, e po-deirão fazel-o no decurso do seguinte, ao mesmo tempo, que estiverem as materias desse anno, mas se não fim

de um antes da época da matricula do sub-seguinte, não tiverem sido approvados ao menos no exame mais arizado, não poderão ir adiante.

Art. 25. Nenhum dos seis exames annuaes versará sobre a materia das duas Clinicas, o exame destas será feito á cabeceira dos doentes depois do sexto anno. Os estudantes do Curso Pharmaceutico, depois dos tres exames annuaes, passarão por outro pratico, no qual executarão varias preparações pharmaceuticas.

Art. 26. Passados todos os exames, o candidato não obterá o titulo de Doutor, sem sustentar em publico uma these, o que fará, quando quizer. As Faculdades determinarão por um regulamento a fórma destas theses, que serão escriptas no idioma nacional, ou em latin, impressas á custa dos candidatos; os quaes assim como os Pharmaceuticos, e Parteiras, pagarão tambem as des-pozas folhas com os respectivos diplomas.

Art. 27. Os exames serão publicos, e sobre as mate-rias do ponto, que o examinando tirar por sorte. Os estatutos determinarão a sua distribuição, e fórma.

### TITULO IV.

#### DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 28. Os Cirurgiões formados, ou simplesmente approvados pelas actuaes Academias Medico-cirurgicas, e os alumnos, que actualmente as frequentam, poderão receber o grão de Doutor em Medicina, fazendo os exames, que ainda não tiverem feito, tanto das ma-terias dos annos lectivos, como dos preparatorios, il-cendo aquelles dispensados de toda a frequencia, e estes de frequentarem as aulas, que já houverem frequen-tado. No caso porém de estes quererem obter o titulo de Cirurgião, ou Cirurgião formado, as Escolas o con-ferirão, como actualmente se pratica.

Art. 29. As pessoas, que, tendo obtido titulo de for-matura em qualquer Escola estrangeira, quizerem obter o de Doutor nas do Brazil, justificada previamente a identidade da pessoa, serão dispensadas somente da fre-quencia das aulas e sujeitar-se-ão a todos os exames, e onus, a que forem obrigados os alumnos das Faculda-des brasileiras: as pessoas porém, que ainda não tiverem obtido os ditos titulos, serão dispensadas somente da fre-



quencia das matèrias scientificas, que autenticamente mostrarem ter estudado.

Art. 30. De quatro em quatro annos haverá um concurso, para se escolher um individuo doutorado, pelas Escolas do Brazil, que viaje à cêsta do Estado, a fim de colher os conhecimentos, que as mesmas julgarem convenientes.

Art. 31. A Assembléa Geral Legislativa arbitrarà a cada uma das Faculdades uma somma sufficiente para a compra de machinas, instrumentos, e mais consus necessarias ás experiencias physicas, e clinicas, ás preparações, e disseções anatomicas, etc.

Art. 32. As Faculdades de Medicina ficam autorizadas a receber, e guardar os fundos, legados, e presentes, que lhe forem feitos por qualquer Governo, corporação, ou individuo com hum fim util à humanidade, e à sciencia, e dispor dos ditos fundos, segundo as intuições dos doadores, para maior beneficio das Instituições Medicas.

Art. 33. O ensino da Medicina fica livre: qualquer pessoa nacional ou estrangeira, poderá estabelecer Cursos particulares sobre os diversos ramos das sciencias medicas e leccionar à sua vontade sem opposição alguma da parte das Faculdades.

Art. 34. Enquanto pelo Poder Legislativo não forem approvados os Regulamentos, de que trata o art. quatorze, regular-se-hão as Escolas Medicas pelos Estatutos, e Regulamentos da Facultade de Medicina do Paris, na parte, que lhes for applicavel; e quanto ao mais providenciarão as Faculdades por meio de Reglamentos provisionarios.

Art. 35. Ficam revogadas todas as Leis, e mais disposições em contrario.

Manda por tanto à todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e a execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e fiquem cumprindo, e guardar, tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos tres dias do mez de Outubro de mil oitocentos trinta e dous, quidecimo da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA,

José da Costa CARVALHO,

João BRAUNIO MONIZ.

*Nicolau Pereira de Campos Vergueira.*

*Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda erigir o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que houve por bem Sanccionar, dando uma nova organização ás actuaes Academias Medico-Cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e da Bahia, como acima se declara.*

Para Vossa Magestade Imperial ver.

*Bento Francisco da Costa Aguiar de Andrada a fez.*

Registrada a folhas 192 v. do Liv. 3.º de Leis, Alvaras e Cartas. Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1832.

*Albino dos Santos Pereira.*

*Horatio Hernesto Carneiro Leão.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 19 de Outubro de 1832.

*João Carneiro de Campos.*

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio foi publicada a presente Lei aos 23 dias do mez de Outubro de 1832.

*Luiz Joaquim dos Santos Marreiros.*



DECRETO—DE 3 DE OUTUBRO DE 1832.

Fica provisoriamente tina escola de primeiras letras no arraial do Porto Imperial, da Provincia de Goyaz.

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de Goyaz:

Artigo unico. Fica creada provisoriamente uma escola de primeiras letras no Arraial de Porto Imperial, emquanto não se effectuar para elle a transferencia da escola de Natividade.